

Pelo fim do acordo

Da Agência JB

O plebiscito nacional sobre a dívida externa realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras instituições ligadas aos direitos humanos teve a participação de 5.476.115 pessoas — 5,16% do eleitorado brasileiro de 1998 — 92% dos quais disseram ser favoráveis ao rompimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e à auditoria nos pagamentos realizados até agora. A oposição quer utilizar o plebiscito como instrumento de pressão para aprovar na Câmara dos Deputados projeto de decreto legislativo que propõe um plebiscito oficial, em que se sugere a moratória da dívida externa.

Do total de pessoas que responderam às perguntas do plebiscito, realizado entre os dias dois e sete de setembro, 5.136.272 votantes responderam “Não” à pergunta: “O go-

verno brasileiro deve manter o atual acordo com o FMI?”. Da mesma forma, 5.287.267 pessoas votaram “Não” à pergunta: “O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?”, e 5.197.896 milhões votaram “Não” à pergunta: “Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?”.

Os números foram apresentados ontem pelo secretário-executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e um dos organizadores do evento, o pastor Ervino Schmidt, ao lado do deputado Marcos Rolim (PT-RS). Um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) João Pedro Stédile também fazia parte da mesa no seminário sobre dívida externa no Congresso.